























































































































































































































































































O que esta proposta diz e assume é que quem se aposentar antecipadamente terá, até ao fim da sua vida, uma penalização de 3% por ano, em relação à pensão e ao rendimento que tinha direito até ao fim da sua vida.

O que esta proposta diz é que quem com 60 anos aceitasse esta proposta veria os seus rendimentos, que tinha direito, até ao fim da sua vida, penalizados em 20% do valor que teria direito.

Ou seja, o que esta proposta faz concretamente é penalizar em 20%, e é isso que os açorianos têm que saber. Quem aceitasse esta proposta para se reformar antecipadamente, com 60 anos, iria perder até o fim da sua vida, 20% da pensão que tinha direito e da aposentação que tinha direito, por aquilo que efetivamente tinha descontado.

É esta a realidade. Não é um incentivo à aposentação, mantém uma penalização de 20% do rendimento.

Agora, se todas as pessoas que tivessem nessas circunstâncias, ou seja, com 60 ou mais anos, aceitassem esta proposta, qual o seu impacto, em termos de recursos financeiros?

Em primeiro lugar essa proposta implicaria por parte da Região, um encargo anual de 9 milhões, 89 mil e 18 euros.

Isto é, se os 2 486 trabalhadores aceitassem, teria a Região que assumir por ano, durante 20 anos, 9 milhões, 89 mil e 18 euros.

Mas isso não era problema! Isso até não era problema!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Até me assusta!

**O Orador:** O problema vem a seguir, ou seja, se todos os administradores da administração pública que estivessem em condições, aceitassem esta proposta, iriam perder, repito, perder, até ao fim da sua vida, 9 milhões, 89 mil e 18 euros, de rendimento que tinham direito.

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** Por ano, 9 milhões, 89 mil e 18 euros, do rendimento da aposentação que tinham direito, tendo em conta que é ponderado trabalhador a trabalhador, pelo vencimento que tem.

Mais grave, ou seja, as famílias açorianas perderiam 9 milhões e 89 mil; a Região assumia um encargo de 9 milhões e 89 mil, mas o mais extraordinário é que esta proposta fazia ao Estado e à República poupar 18 milhões, 179 mil e 36 e seis euros por ano.

Se nós formos, e como disse o Sr. Deputado António Vasco, e bem, com a esperança média de vida de 80 anos, o impacto total desta proposta, se todos os trabalhadores da administração pública, que tivessem condições aceitassem, o impacto desta proposta seria: a Região iria assumir o encargo ao longo destes 20 anos de 181 milhões, 760 mil e 360 euros, mas esse não era o problema, o grande problema era que o Estado iria poupar, durante este período, de dinheiro que as pessoas descontaram e que deviam ser do rendimento das pessoas, o Estado ia poupar 363 milhões, 560 mil, 720 euros.

Por outro lado, as famílias açorianas, as pessoas que se iriam aposentar, iriam ter uma perda nas suas aposentações, líquidas, mesmo depois da compensação da Região, de 181 milhões, 780 mil, 360 euros, ao longo dos 20 anos.

Esse é o impacto real desta proposta se todos, no universo de trabalhadores que abrangia, aceitassem esta mesma proposta.

Em conclusão, e no primeiro ponto, ao contrário do que foi anunciado esta proposta faz com que o Estado poupe 363 milhões de euros, ou seja, deixe de entrar na Região 363 milhões de euros; os funcionários públicos percam do dinheiro que tinham direito em termos de aposentação, 181 milhões de euros; e a Região teria um encargo adicional, por essa via e desta medida, de 181 milhões de euros.

Em conclusão, esta proposta poupa ao Estado, penaliza as famílias açorianas e não é o mais significativo, resulta neste encargo por 20 anos para a Região.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Em 20 anos!

**O Orador:** Em 20 anos!

Segunda questão: é uma medida de apoio ao emprego jovem.

Eu cito aquilo que disse o Sr. Deputado António Viveiros, leia-se a página 23, do relatório da Comissão: “o recrutamento apenas de jovens legalmente não é possível”, ou seja não pode haver nenhuma proposta que garanta que o emprego seja ou não para jovens.

Portanto, isso foi assumido e está na proposta, não é esta a questão,

Segundo aspeto desta mesma proposta.

Foi anunciado em 2016 e apresentado em junho de 2017. Durante o ano de 2016 e o ano de 2017 obrigatoriamente por lei, todos os concursos que se abriam, eram concursos internos, ou seja, ao serem concursos internos, nada garante que a substituição seria por uma pessoa externa à administração. Havia uma grande probabilidade de ser substituído por trabalhadores da própria administração, não gerando assim uma alteração dessa realidade.

Terceiro aspeto, em relação à matéria de jovens.

Primeiro, como é próprio e bem assumido na Comissão, ninguém pode assegurar emprego jovem no âmbito da administração pública;

Segundo, a proposta quando foi apresentada, obrigatoriamente esses concursos teriam que ser, obrigatoriamente internos e não externos;

Terceiro aspeto, cria emprego para jovens qualificados.

Ora bem, a remuneração média dos aposentados no último ano, no dia que se aposentaram foi, 1 245 euros, ou seja, ao valor médio do vencimento que deixou de se pagar a quem se aposentou o ano passado, foi de 1 245 euros.

Ora bem, cada técnico superior da administração pública, que entra, ganha 1 200 euros. Isto demonstra que não é um fator de substituição de pessoal qualificado pelo não qualificado.

Mais, com mais de 60 anos, existe apenas na Administração Pública Regional, 160 superiores e 22 enfermeiros.

Portanto fica demonstrado que esta proposta não assegura emprego jovem, não garante essa mesma substituição e entramos agora no princípio do equilíbrio orçamental que para mim e para o Governo, nesta matéria é a menos relevante.

Como referi esta proposta em termos de impacto orçamental, no que concerne ao incentivo à aposentação, representará uma poupança para o Estado de 362 milhões de euros, em 20 anos; uma penalização para as pessoas que se aposentam ao longo desse período, em termos líquidos daquele que tinham direito na sua aposentação, de 181 milhões de euros e um encargo para a Região de 181 milhões de euros e assenta na parte no equilíbrio orçamental em outro erro, que diz que o encargo de quem se substitui é metade daquele de quem entra. Seria assim se a substituição fosse na mesma carreira.

Ora bem, como só há 160 técnicos superiores nesta situação, não é possível com uma remuneração média de vencimento de 1 245€, que se poupa por cada aposentado nesse montante diretamente, substituir por dois ou por um técnico superior que ganha exatamente o mesmo.

Mais, esta proposta enquadra-se num outro erro crasso: faz do pressuposto que durante 20 anos não há progressões, nem promoções na carreira da administração pública, porque as contas foram feitas partindo do pressuposto de que se mantinha, como se manteve durante uns anos, sem promoções e progressões na função pública.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Vai descongelar na Região? Boas notícias!



**O Orador:** Felizmente, esta não é a realidade atual da administração regional e, portanto, essas contas também, além de todos os outros argumentários que aqui apresentei, caem pela base.

Eu penso que nós devemos ser construtivos no processo e é isto que o Governo tem para dizer em relação a esta proposta.

Em relação à evolução da Administração Pública Regional, gostaria de anunciar que em 2014 havia 14 123 funcionários públicos em regime de função pública; no final de 2017, 14 729, ou seja, mais 606 funcionários públicos.

Mais, até 30 anos os jovens trabalhadores cresceram 37%, face ao que existia nesse período.

Portanto, a Administração Pública Regional teve, por um lado, um reforço com os mecanismos existentes de juventude e teve um acréscimo. Mas mais importante do que isso, o nosso caminho, o caminho que seguimos, é o caminho correto, é um caminho que não poupa o Estado daquilo que é da sua responsabilidade, não retira ao Estado de pagar aquilo que os trabalhadores descontaram e que são do seu direito, não os penalizando e não faz com que os trabalhadores sejam penalizados para terem a aposentação.

Por isso mesmo, gostaria de anunciar que nos termos da norma que foi aprovada no Orçamento deste ano, quinta feira será publicado no Jornal Oficial, o quadro de autorização de concursos externos da Administração Pública Regional, conforme previsto na administração regional e será quinta feira autorizada a abertura de 762 vagas, em contrato de trabalho em função pública, nomeadamente 318 assistentes operacionais, 187 técnicos superiores, 136 assistentes técnicos, 43 enfermeiros, 21 médicos e 57 noutras categorias, ao que acresce os 192 lugares que já estão em concurso na segunda fase.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É esta a realidade e a nossa proposta para este ano, quinta feira estará publicado no Jornal Oficial, sem poupar o estado, sem penalizar os

trabalhadores da administração pública e sem assumir encargos para vinte anos da administração regional.

É assim que continuaremos e reforçaremos a administração pública, porque este número assenta naquilo que é o nosso cálculo de termos 269 trabalhadores atualmente em funções com 65 a 69 anos; 172, com mais de 60 anos, em baixa e 126 concursos que tiveram a primeira fase interna.

Com isso consegue-se fazer cumprir as necessidades permanentes da administração pública, abrindo concursos externos - porque essa norma foi permitida este ano no Orçamento da Região e no Orçamento de Estado, pela primeira vez - 762 contratos de trabalho em função pública, que quinta feira estará publicado a sua autorização global para serem concursos externos no Jornal Oficial.

Por isso, é com este princípio construtivo de análise da realidade, sem demagogias, sem falsas promessas, sem tentar anunciar aquilo que não se pode fazer, que com rigor nós continuamos a cumprir este objetivo de fazer da Administração Pública Regional, uma Administração cada vez mais qualificada, cada vez mais jovem, mas ao mesmo tempo sustentável.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional, agora em discussão, da autoria do PSD, tem como objetivo a criação de um programa de rejuvenescimento da

Administração Pública Regional, designado por Programa Gerações, um objetivo que é obviamente legítimo e importante.

O Projeto assina as dificuldades com que se deparam os trabalhadores da administração pública, e não só, com carreiras longas que pretendem reformar-se antecipadamente.

No entanto fica aqui clara a contradição do PSD Açores, que na Assembleia da República alinha com o PSD a nível nacional, sendo contra a proposta do BE para que não haja penalização para as reformas dos trabalhadores com 40 anos de carreira e 60 anos de idade.

Mas vem agora aqui, o PSD, apresentar uma proposta que procura fazer algo que sendo muito mais limitado, vai afinal no mesmo sentido.

O CDS tem acompanhado esta posição do PSD e o PS que há quatro anos que anda a dizer que quer terminar com esta penalização, mas até agora nada fez.

Durante a presente legislatura já foi efetivamente possível reduzir essa penalização, embora de forma limitada para os trabalhadores com carreiras muito, mas muito longas.

Assim sendo, aos trabalhadores que cumpram estes requisitos, no momento em que acedem à pensão, deixou de ser aplicado, decorrente do fator de sustentabilidade e a redução de 0,5% por cada mês que falte para a idade normal de reforma.

Mas o Bloco não desiste de combater essa injustiça, tendo apresentado em janeiro na Assembleia da República um Projeto de Resolução nesse mesmo sentido.

Estas penalizações, injustas, só se irão manter se o PS quiser, ou seja, se alinhar com o PSD e com o CDS, na Assembleia da República, como até aqui o tem feito.

Para além disso, se as penalizações para as reformas antecipadas dos trabalhadores com carreiras longas terminassem, não seria efetivamente

necessário um programa deste tipo, como o que hoje debatemos e a entrada de pessoas novas, jovens ou menos jovens, na administração pública e no mercado de trabalho em geral, seria obviamente muito mais facilitada e é reconhecidamente difícil a integração de novos trabalhadores na administração regional, até porque existem entraves criados pelo próprio Governo Regional, como seja por exemplo, a utilização abusiva e constante de programas ocupacionais para colmatar necessidades permanentes da administração pública, que deveriam resultar obviamente na sua integração na administração pública.

Seja também, por exemplo, no recurso a trabalho precário como acontece, ano após ano, no caso da carreira docente, ou seja, nos professores.

No entanto, esta proposta levanta algumas questões, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista contabilístico.

É por isso que é fundamental que na Assembleia da República, haja a aprovação das nossas propostas, com vista ao fim das penalizações na reforma antecipada para os trabalhadores com mais de 40 anos de serviço e 60 anos de idade.

Mas não queremos, obviamente, impedir que nos Açores se encontrem soluções diferentes e distintas, por isso o BE irá abster-se na presente iniciativa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(\*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Para debater este Projeto de Decreto Legislativo Regional é necessário aprofundar as questões de fundo, relacionadas com a administração pública e em primeiro lugar está a precaridade laboral, que também se tornou um

problema crescente nos serviços públicos. Para nós os direitos dos trabalhadores, são uma questão central.

O PCP tem sérias dúvidas que este tipo de medidas, como esta hoje aqui apresentada pelo PSD, torne mais justo o direito à aposentação.

Dúvidas, ainda maiores, temos em relação à sua legalidade, bem como à sua constitucionalidade, aliás vincadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e das Regiões Autónomas, na audição efetuada em Comissão quando foi elaborado o parecer desse Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Para nós a solução não passa por um programa de aposentações antecipadas temporárias, mas sim, por uma valorização das longas carreiras contributivas.

Tal como na República, o PCP defende o direito à reforma sem penalizações, para todos os trabalhadores com mais de 40 anos de descontos, como uma solução mais abrangente.

Atualmente, um trabalhador que se queira reformar antes dos 65 anos, ainda com 40 anos de contribuições, continua a sofrer um brutal corte no valor das suas pensões.

Esta situação é especialmente agravada com o facto de no nosso País e Região, existirem muitos trabalhadores com longas carreiras contributivas que correspondem a profissões especialmente desgastantes, sem que isso seja devidamente reconhecido.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desengane-se quem achar que com programas se vai resolver o problema do direito à dignidade, aposentação e do aumento de oportunidades para os jovens qualificados serem integrados na administração pública.

Não é justo, nem socialmente aceitável que depois de 40 anos de trabalho alguém, qualquer que seja a sua profissão, se veja obrigado a trabalhar para sobreviver, até chegar à idade legal de reforma, sobretudo num quadro marcado

pelo elevado nível de desgaste físico e emocional sujeitos a intensos ritmos de trabalho e quando cumprimos 40 anos de descontos.

Entendemos que com longas carreiras contributivas, de todos os setores de produção e atividade, significam além de mais, descontos ao longo de toda uma vida de trabalho e isso deve ser devidamente reconhecido, designadamente no que se refere aos direitos que lhes são associados, seja em matéria de idade da reforma, seja em direitos de uma reforma e pensões dignas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por tudo isso e também pela duvidosa conformidade constitucional em que se encontra a generalidade desta medida, entretanto, claramente naquilo que são as competências da Assembleia da República, criando consequências vitalícias ao Estado, com medidas temporárias e indo contra a posição das estruturas representativas dos trabalhadores, não pode de modo algum merecer o nosso voto favorável.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(\*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta apresentada pelo PSD tem fragilidades enormes que aferem de morte, digo assim.

Isto porque o PSD diz que com este programa visa criar mecanismos de solidariedade e justiça inter geracional e combater o desemprego jovem.

Pergunto: o que se devem considerar jovens? É até aos 30 anos?

Como combater o desemprego jovem?

O Sr. Deputado António Vasco Viveiros, pessoa por quem nutro especial estima, por conhecer há muitos anos e respeito muito, em sede de Comissão reconheceu, e passo a citar: “Não sendo legal, a prática demonstra que 70% das pessoas que concorrem são jovens”.

Logo de seguida rematou dizendo que “o PSD não tem disso conhecimento científico, mas antes empírico”.

Ora, tal constitui um palpite e a governação não se faz com base em palpites, mas sim em rigor.

Depois fala em solidariedade intergeracional. O que acontecerá à franja das pessoas, e que são muitas, com idades compreendidas entre os 30 e os 60 anos? Serão, para o PSD, pessoas fora de prazo, ou parafraseando um colega vosso na Assembleia da República são a tal peste grisalha, a ser considerada a peste grisalha.

Ao contrário, esta medida ao ser aceite, iria criar um conflito de gerações, iria fazer com que tendencialmente os jovens procurassem empurrar os não jovens, ou os grisalhos, para a reforma, portanto criaria uma situação perfeitamente lamentável.

Fala também em desemprego jovem.

Como podem com rigor e sem demagogia assegurar que apenas concorreriam jovens às vagas deixadas às pessoas que iriam para a reforma? Qual era a sustentação legal para isso? Obviamente que não tem nenhuma e relembro que a Constituição da República, quer no seu artigo 13.º, “princípio da igualdade”, quer no art.º 59.º, nos “direitos dos trabalhadores”, prevê que “todos os cidadãos são iguais perante a lei e que todos os trabalhadores sem distinção de raça, sexo ou idade (e que para aqui interessa idade), têm direito ...” e depois descreve-os.

Portanto, seria inconstitucional discriminar pessoas em função da idade, mas tal princípio não é só reconhecido na nossa Constituição, é consagrado também na União Europeia e na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Há um parecer dado por um Provedor de Justiça que se refere exatamente ao entendimento da União Europeia e diz que: “a igualdade de tratamento em matéria de emprego e de trabalho, veda a discriminação fundada na idade, que

considerada em si, contente com o direito fundamental ao respeito da dignidade humana. Constitui objetivo geral da União combater a discriminação e razão do sexo, raça, origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual”, aliás essa discriminação já levou inclusive que o Tribunal de Justiça da União Europeia viesse a condenar o Banco de Portugal, por ter de uma forma indireta criado uma discriminação quando aceitou pessoas em função da habilitação, apenas a partir do ano “x”, penso que 2008, se não estou em erro.

Portanto, a discriminação não pode ser nem direta, dizendo diretamente que são os jovens, nem indireta, limitando-se, apenas e tão só, a excepcionar alguns casos particulares e que são perfeitamente compreensíveis, como é o caso de profissões que exigem um nível de aptidão física maior, no caso dos bombeiros, por exemplo, portanto seria inconstitucional discriminar pessoas em função da idade.

Mas há outros limites constitucionais e relembro aquilo que disse o Sr. Representante da CGTP nos Açores, em sede de Comissão, e que disse muito bem: “Relativamente ao art.º 167.º, n.º 2 da Constituição, que impõe a proibição de apresentação de propostas que aumentem a despesa, ou diminuam as receitas para o ano em curso”.

Mais, quem é que suportará as despesas com a implementação deste programa? Sem dúvida que será a Caixa Geral de Aposentações, ou o Instituto de Segurança Social, conforme os casos.

Ora, tais despesas são da Administração Central e terão que estar inscritas no Orçamento do Estado. A Assembleia Legislativa Regional, é incompetente para legislar nessas matérias, matéria reservada à Assembleia da República, o que constituiria também ela uma inconstitucionalidade orgânica, portanto a conclusão é óbvia, este vosso compromisso eleitoral, era claramente demagógico, compreensível que à luz desse calor eleitoralista, usassem desse argumento demagógico, agora neste momento não se compreende muito bem e



acredito sinceramente que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tenha sido empurrado para esta situação, sem acreditar verdadeiramente nela, por aquilo que conheço de si.

Agora, pretendem com esta proposta é colocar uma dupla rasteira a esta Assembleia, a este Parlamento e ao Governo.

Os senhores pretendem levar a que se cometam inconstitucionalidades, à semelhança daquilo que os senhores fizeram no Governo da República e que sucessivamente viram declaradas inconstitucionais, normas que puderam apresentar quando eram Governo e aí nesse caso eram realmente doutores, e onerar exponencialmente a despesa da Região, tal nós não aceitamos.

Acresce, que não é verdade que se poupasse o que quer que fosse com a substituição, porque em média, como disse e muito bem o Sr. Vice-Presidente, o salário de quem se reformou situa-se nos mil duzentos e poucos euros e um técnico superior em início de carreira ganha exatamente 1 200 euros, portanto a poupança era residual ou quase nenhuma.

É por isso que este programa não merecerá o voto do PS.

O PS não vai embarcar na vossa douda, digo (ia dizer outra coisa) praxis de ver diplomas declarados inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional, como aconteceu sucessivamente nos governos do PSD e do CDS-PP.

Os senhores enquanto Governo mandaram emigrar os jovens, agora e aqui na oposição com este programa convidam os outros não jovens a emigrar, para isto não contem com o PS.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**(\*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo pela intervenção do Sr. Deputado Manuel Pereira, que participou nos trabalhos da Comissão, interveio, o Sr. Deputado San-Bento também (não está cá presente).

Relativamente às questões que levantou, começo por reconhecer que uma das questões que foi levantada, nomeadamente o art.º 6.º do Projeto, relativamente à abertura do concurso, efetivamente tem uma falha e nós já preparamos uma proposta de alteração que dará entrada daqui a pouco, simultaneamente também, com uma alteração do art.º 11.º relativamente à entrada em vigor, ainda que essa questão possa ser ultrapassada para que coincidissem com a entrada do Orçamento do ano seguinte.

Mas relativamente ao art.º 6.º a questão é esta: de acordo com uma Resolução que é a 178/2009, de 24 de novembro, do Conselho do Governo, a abertura de um concurso externo pressupõe primeiro que seja aberto um concurso apenas a quem tem vínculo à função pública, portanto a alteração que nós sugerimos e se esse diploma fosse aprovado, já percebemos que não é, é evidente que esta fase de concurso interno e para que houvesse uma relação mais próxima entre a aposentação e a entrada do novo funcionário da administração, que se dispensasse o concurso interno, ainda que quem tem vínculo também poderia concorrer.

Portanto, essa questão foi levantada de uma forma pertinente e nós reconhecemos que era relevante, daí que também se tenha preparado uma alteração, que seria entregue agora.

**Deputado António Marinho (PSD):** A intervenção do Sr. Deputado Manuel Pereira foi totalmente destruída!

**O Orador:** Quanto à questão dos jovens, quer no articulado, quer no preâmbulo, quer naquilo que foram as várias intervenções na Comissão, nós nunca, mas nunca, colocamos a questão de que havia obrigatoriedade ou qualquer privilégio para os jovens.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Ao contrário do preâmbulo!

**O Orador:** A questão é que neste momento não há qualquer ...

**Deputado João Vasco (PS):** O senhor disse ainda há bocadinho!

**O Orador:** Oh, Deputado João Vasco, eu já respondo!

... mecanismo legal e isso foi reconhecido desde a primeira reunião da CPG, desde a primeira audição, aliás uma questão colocada pela Sra. Deputada Sónia Nicolau, foi dito claramente que não há qualquer mecanismo legal que possa obrigar, mas é estranho.

Portanto, concordamos todos com isso, a questão aqui tem a ver com o mercado.

Neste momento, dos desempregados no final de 2017, 60% estão na faixa etária dos 15 aos 35, portanto é natural que quem concorre, a maior faixa da população desempregada é aquela que concorre, portanto resulta claramente daquilo que é o mercado a funcionar, se há mais gente desempregada que tem menos idade e que está na faixa até aos 35, é natural que sejam esses que prioritariamente concorram, até porque estamos a falar da base de carreiras.

Mas essa questão, também acho estranho, e não quero qualquer polémica com isso, mas recordo o programa eleitoral do PS, página 22, o ponto 1.5.1 “vulnerabilidade da administração pública”, diz o seguinte numa das medidas: “fomentar o recrutamento de jovens quadros de nível superior”.

A pergunta que faço é: como é que o PS pretendia fomentar o recrutamento de jovens para a administração pública, sem violar o princípio da igualdade relativamente à idade.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não era assim, Sr. Deputado!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

*(Diálogo entre as várias bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Sra. Deputada, se ler o que consta da medida, pág. 22, eu coloco a questão: qual era a maneira que tinham, que instrumento é que tinham?

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Estão a arranjar uma armadilha para se enganarem a si próprios para uma coisa que era boa para os açorianos!

**O Orador:** Nós estamos a defender exatamente que haja qualquer mecanismo legal, mas isso está demasiado esclarecido, estamos a perder demasiado tempo com essa questão.

Quanto ao envelhecimento da administração pública, que foi uma questão que o Sr. Manuel Pereira também levantou, é verdade e há razões históricas, a administração regional passou a crescer a partir de 76,77, 78 ...

*(Diálogo entre as várias bancadas)*

**O Orador:** Estou a responder a quem questionou e depois faço a ronda.

*(Diálogo entre as várias bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Os dados que nós utilizamos relativamente à situação da administração pública, é um documento publicado obrigatoriamente, que é o

relatório de recursos humanos, o último que temos é o de 2016, pelos vistos o de 2017 já está disponível.

*(Diálogo entre os Deputados das várias bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Os dados que nós temos relativamente à situação da administração pública, os vários efetivos, os grupos etários, consta do relatório de recursos humanos de 2016, que é um documento obrigatório, pelos vistos o Sr. Vice-Presidente já tem os dados de 2017, devem estar a sair, senão estão publicados, não vi esta semana, mas é natural que estejam.

Mas os dados são esses, são cerca de 14 300 trabalhadores com vínculo à função pública e em termos de envelhecimento de facto acontece o seguinte: com mais de 40 anos, em 2016 (em 31 de dezembro) eram 79%, ou seja 79% dos trabalhadores da administração pública, com vínculo, tinham mais de 40 anos, ou seja, é evidente que é um dado que resulta daquilo que é a história da constituição da administração regional, mas é um facto que também tem consequências e essas devem ser analisadas.

A questão da sustentabilidade, e eu admito que seja uma matéria complexa, mas claramente põe em causa aquilo que disse o Sr. Vice-Presidente e começa por, utilizando os dados, parte logo de um pressuposto errado.

O Sr. Vice-Presidente diz que há 2 400 pessoas, com mais de 60 anos na administração pública, ou 2 400 assistentes operacionais, ou que poderão ser 2 400, o programa tem a validade de dois anos, quem está na faixa etária ...

Tudo bem, essa questão é correta, neste momento, ou com dados de 2016, são cerca de 1 500.

Os dados deste relatório não discriminam por categorias profissionais, aliás, é uma recomendação que faço, ficaria muito mais enriquecido se essa informação

tivesse discriminada, seguramente nos próximos. Reconheço que tive essa dificuldade que é, quem está em cada uma das faixas etárias a partir dos 60 anos, quais são as carreiras que estão integradas, nós não temos essa informação.

Portanto admito que tenha, é natural, uma base de dados, tem a informação com isso.

**Deputado André Bradford (PS):** Os senhores são muito sensíveis às informações que os outros têm!

**O Orador:** Agora, claramente ponho em causa os seus números porque assim de uma forma muito rápida dá-me ideia que as contas que foram feitas, e teríamos gosto de vê-las, é que toda essa faixa dos 2 400, ou potencialmente dos 1 400, aparentemente todos eles teriam 60 anos e fez as contas dos 60 aos 66, ou seja, de uma forma clara por cada mês de antecipação são 5%.

Se fizer as contas entre o fim de cada uma carreiras, vamos para a carreira que há mais funcionários que é a carreira de assistente operacional, pelas contas que fiz, podemos repetir essas contas, se fizer a diferença entre o fim da carreira ou a antepenúltima posição da carreira e se comparar com a base, para o período de 25 anos, partindo do pressuposto que há um trabalhador que se reforma aos 60 e que essa penalização é compensada em 50% pelo Orçamento Regional, Sr. Deputado João Vasco Costa, é o Orçamento Regional que suporta esse encargo, não é o Orçamento da República, aquilo que era o encargo para 25 anos num trabalhador assistente operacional, seriam 14 000 euros para o período de 25 anos.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, chegar a 90 milhões de euros, há claramente um desfasamento entre os seus números e os meus.

Fazendo as contas àquilo que são os proveitos do Programa que é a diferença entre o que se pagava a quem está no fim da carreira e que antecipa a sua saída

há claramente um desfasamento entre os seus números e os meus e eu estou disponível para discuti-los.

Quanto à questão que acho que é demagogia, é evidente que quem pede a reforma antecipadamente é penalizado voluntariamente, tendo em conta um conjunto de decisões da sua vida, sendo certo que quem pede a reforma aos 64 ou aos 65 e, portanto, só antecipa 1, 2, 3 anos, tem um encargo e uma penalização muito inferior a quem pede aos 60 anos.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mas não há diferença!

**O Orador:** Portanto, claramente ponho em causa as suas contas, a forma como as fez. As minhas não são essas, quando quiser discutir o assunto estou disponível.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser ainda mais pormenorizado de acordo com o que disse.

Se todos os 2 486 funcionários aceitassem essa proposta, a parte correspondente ao encargo da Região anual, em relação àqueles que estão neste momento situados na faixa dos 59 anos ou 58 anos que abrangem os 60, era ano, 3 milhões, 440 mil, 527 euros; aqueles que já têm 60 anos, um milhão, 608 mil, 447 euros; aqueles que têm 62 anos, 1 milhão, 500 mil, 893 euros e 57 cêntimos; 62 anos, 904 mil, 139 euros; 63 anos, 634 mil, 768 euros; 64 anos, 385 mil, 79 euros; 65 anos, 215 mil euros; 66 anos ou mais, 70 mil, 385 euros.

São esses os dados concretos que totalizam, 9 milhões de euros por ano, são o somatório destas componentes.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso não é nada!

**O Orador:** Nove milhões, por ano, é a parte que a Região se substitui à responsabilidade do Estado e passa a assumir, mas como a penalização para as pessoas é outra metade, é mais 9 milhões exatamente iguais por ano, que as pessoas até ao fim da sua vida deixariam de receber ...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Voluntariamente!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Isso é uma desonestidade que o senhor faz!

**O Orador:** ... e o somatório das duas partes, quer dizer que eram 18 milhões de euros por ano, que o Estado poupava.

Mais, eram 18 milhões de euros por ano, que estavam destinados a pagar estas reformas, dos descontos destas pessoas, que o Estado ficaria com o dinheiro, que a Região ia assumir responsabilidades que não são suas e que as pessoas iam até ao fim da sua vida ser penalizadas por algo que não devem ser penalizadas. É este o modelo conceptual que está errado.

Isto tudo para quê? Tem como um objetivo incentivar o emprego jovem, já vimos que não incentiva.

Mas mais importante do que isso é que visa criar condições para novas contratações.

Ora bem, o que nós anunciamos aqui é que depois de amanhã será publicado no Jornal Oficial, a autorização de ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Como é que sabe que é depois de amanhã?

**O Orador:** Porque eu é que assinei o despacho!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mandou para publicação!

**O Orador:** Mande para publicação!

... 762 contratos de trabalho em funções públicas, ao qual se adiciona os 192 que estão em segunda fase e que totalizam este ano um conjunto de concursos



de 954 contratos de trabalho em funções públicas para a Administração Pública Regional, ou seja, por outras palavras nós conseguimos esse objetivo de forma mais rápida, mais célere, sem poupar nada ao Estado, sem penalizar quem se aposenta e sem criar um encargo futuro para a Administração Pública Regional, que não é necessário.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Duarte Freitas, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, para informar que vou fazer entrar na Mesa um requerimento de baixa à Comissão deste diploma ...

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Ahhhhh!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Escondeu informação que vai ter que explicar!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço algum silêncio para que o Sr. Deputado Duarte Freitas possa fazer a interpelação.

**O Orador:** Sra. Presidente, porque este diploma foi discutido na Comissão, o Sr. Vice-Presidente do Governo não foi à Comissão, não disponibilizou os dados que aqui apresenta e que não sabemos se são verdadeiros ou não verdadeiros e vai ter que ir à Comissão explicar isto, não vai vir para aqui brincar com os Srs. Deputados.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Vais aprender! Podes fazer isso com a Dra. Olga e mandá-la não dar trabalho à Dra. Seidi, mas aqui não brincas!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

A Mesa aguardará a entrada do requerimento para depois ser votado.

O Sr. Secretário Regional pediu a palavra para?

Para se inscrever no debate?

*(Pausa)*

Sras. e Srs. Deputados, o que o Regimento diz ...

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não me obriguem a ter que fazer um intervalo porque penso que não há necessidade disso.

Sr. Deputado Duarte Freitas, o que o Regimento diz é que ao abrigo do art.º 134.º pode entrar um requerimento por escrito na Mesa, que depois de entrado será imediatamente colocado à votação, sem direito a debate.

Portanto, é que o Regimento diz, tenho que aguardar, até lá o debate continua naturalmente.

*(Aparte inaudível)*

**Presidente:** Está inscrito, mas eu tenho outras inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tive oportunidade de analisar o relatório e de facto em relação ao relatório o que é evidente é que o Governo Regional se fez representar pelo Sr. Secretário Berto Messias, não forneceu qualquer tipo de informação.

Depois, temos também intervenções da parte do Sr. Deputado José San-Bento a dizer que via muitos aspetos positivos na proposta.

A questão que se colocou é esta: eu acho que o Governo Regional, em relação a esta matéria agiu com má fé institucional...

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** ... porque o que foi referenciado, até por diversos intervenientes do PS, era de que a proposta necessitava de esclarecimentos, precisava de afinar alguns pressupostos, portanto era valorizada de forma positiva.

O que o Governo fez foi preparar uma emboscada, uma emboscada em relação a esta proposta, porque a verdade é esta: este mecanismo para os trabalhadores que se querem reformar a partir dos 60 anos, não existe e este mecanismo também de permitir que os jovens possam entrar na função pública, na administração regional, também não existe.

Portanto, em relação a esta matéria os senhores não têm nenhuma proposta, não têm nenhuma solução.

O comportamento de um Governo que está no poder há 22 anos, deveria ser um comportamento de humildade, um comportamento de colaboração institucional, mas o Governo não esteve disponível para retirar nenhuma dúvida e não esteve disponível para fornecer nenhum dado. O Governo esteve disponível apenas para destruir as propostas dos outros partidos.

Este é o vosso problema. É o problema de não contribuírem para o diálogo institucional, de não terem qualquer tipo de solidariedade em relação à resolução destas questões.

Termino dizendo o seguinte: também os senhores, um dos problemas que os senhores apresentavam aqui que era de facto, como é que se fomenta o recrutamento dos jovens quadros de nível superior? Os senhores também no vosso programa eleitoral têm esta medida proposta, portanto, os senhores não acham que seja impossível.

Por exemplo num afinamento desta proposta, que seria muito positivo, é que os senhores então nos dissessem qual é o mecanismo que permite o recrutamento de jovens, para aqui ser inserido na proposta.

Por isso, nesse sentido, os senhores têm resposta, ou colocaram no Programa do Governo e no programa do vosso partido, algo que não pode ser feito?

**Deputado Carlos Silva (PS):** Nós é que vamos ensinar a fazer!

**O Orador:** Então se pode ser feito, se os senhores têm um mecanismo perfeito, esse mecanismo pode ser integrado nesta proposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Eu peço às Sras. e Srs. Deputados que me ajudem na condução dos trabalhos porque efetivamente com este barulho não se consegue trabalhar, nem eu própria consigo concentrar-me.

O Sr. Secretário Regional, julgo que pediu a palavra para um protesto. Um protesto a?

**(\*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Fomos acusados de má fé institucional, pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional. Dispõe de 3 minutos.

**(\*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de fazer um protesto relativamente a esta afirmação do Sr. Deputado Paulo Estêvão, ...

**Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Ficam ofendidos por ouvirem as verdades!

**O Orador:** ... sobre a forma como o Governo esteve neste processo, para clarificar o seguinte: o Governo dos Açores esteve na Comissão de Política Geral a pronunciar-se sobre esta matéria, representado por mim, Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

Nessa Comissão, o Governo dos Açores pronunciou-se sobre esta proposta e fez um conjunto de perguntas e apresentou um conjunto de pedidos de esclarecimento ao proponente da proposta, ou seja, o PSD.

Era o que mais faltava, que o Governo é que tivesse que justificar a proposta de um partido da oposição. Era o que mais faltava!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)*

**Deputado Bruno Belo** (*PSD*): O Governo tem é de ser sério e ter boa fé!

**O Orador:** Por isso, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo esteve na Comissão, com a responsabilidade de sempre, colocou várias questões, nenhuma delas foi respondida pelo proponente ...

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Não é verdade!

**O Orador:** ... nenhuma delas foi clara pelo proponente, quer o impacto orçamental, quer o nível de penalização de quem quisesse beneficiar deste

programa. Nada! Nada disso foi respondido! O Governo esteve lá representado ...

**Presidente:** Sr. Secretário tem que se limitar ao protesto.

**O Orador:** ... e está aqui agora representado pelo Sr. Vice-Presidente nesta discussão.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Os senhores é que não sabiam os dados!

**O Orador:** Portanto, nós não temos culpa que o PSD não saiba justificar as suas próprias propostas.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é uma resposta ao PPM!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Para contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\* Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mantenho a minha afirmação: má fé! Má fé institucional! E essa má fé por parte do Governo acabou de confirmar-se agora nesta intervenção do Sr. Secretário Berto Messias, que aproveitou esta capacidade regimental, para responder ao PSD e não ao PPM, que era o alvo do protesto. É isto que se chama má fé!

Ainda por cima, omitindo e mentindo sobre os factos apresentados.

Por exemplo, dizia: “O PSD não respondeu às questões!”.

Olha-se para o relatório, o que é que diz aqui? Diz aqui: “O Deputado António Vasco Viveiros, na qualidade de proponente explicou ...”.

No parágrafo seguinte: “O Sr. Deputado António Vasco Viveiros, explicou, em relação às perguntas que o Sr. Secretário Berto Messias fez”.

Portanto, não é verdade que não lhe tenham respondido às questões!

Agora, o que é verdade é que ele não respondeu às questões que lhe colocaram.

Vejam o que é que está no relatório: “O Secretário Regional, a uma pergunta do BE respondeu, naquele momento não consegue fornecer esses números”.

O Deputado António Lima, o que é que lhe tinha perguntado? Qual seria o universo de pessoas com mais de 60 anos na administração pública? O que é que o senhor disse? Não tenho esses dados! O senhor não respondeu naquele momento! Naquele momento não os tinha, mas entretanto o Sr. Secretário Berto Messias não os fez chegar. Naquele momento não os tinha e continuou a não ter até este debate.

Portanto, isto mostra a sua preocupação, agora também mostra uma coisa, o senhor também diz, e isto mostra mais uma vez a má fé institucional, o senhor disse que a sua preocupação era também ...

**Presidente:** Tem que terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... que é importante reformar a administração pública, no sentido de a rejuvenescer.

Portanto, o senhor também considera que isto é possível e nessa perspetiva o senhor até concordou com o objetivo da proposta que lhe estava a ser apresentada.

Agora, o que o senhor não tinha era os dados e o que o senhor não forneceu foi os dados nem naquele momento, nem em momentos posteriores. Isto é má fé institucional!

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Não disse que os ia fazer chegar!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, pediu a palavra para uma interpelação, mas eu apelo que seja uma interpelação à Mesa para não alimentarmos este debate paralelo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação?

**Presidente:** Uma interpelação à Mesa!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas é que é só a utilização de figuras regimentais!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados:

A Mesa está cá para gerir os trabalhos.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas o requerimento não tem que ser votado de imediato?

**Presidente:** Se eu entender que o Sr. Secretário Regional não está a fazer uma interpelação à Mesa, terei que lhe chamar à atenção, como é habitual.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas o requerimento não obriga à votação imediata?

**Presidente:** Não! Tanto é que eu tive que dar a palavra ao Sr. Secretário Regional para o protesto.

Portanto, eu estou a cumprir com o Regimento.

Sr. Secretário Regional, para uma interpelação à Mesa.

(\*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma interpelação porque me parece importante, tendo em conta as afirmações agora acabadas de proferir, que o Sr. Relator da Comissão de Política Geral, ou mesmo o Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, possam esclarecer o que lá se passou.

Isto porque, quanto à frase que o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isto é uma interpelação, Sra. Presidente?

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados:



Sr. Secretário Regional, pede que o Relator da Comissão ...

**O Orador:** Esclareça o que foi dito na Comissão, porque a frase que está referida no relatório, não diz tudo. A frase que está lá referida não diz tudo!

**Presidente:** Sr. Secretário, peço-lhe que não entre ...

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

Sras. e Srs. Deputados ...

Sr. Secretário, peço-lhe, naturalmente, que não entre no conteúdo nem da frase, nem das suas expressões porque não cabe nesta figura regimental.

**O Orador:** Eu gostaria então de solicitar ...

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

Sr. Secretário Regional.

**O Orador:** Eu gostaria que solicitasse ao Sr. Relator da Comissão que pudesse clarificar a imprecisão que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acaba de referir...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Imprecisão!?

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Mas há aqui outros presidentes e relatores e o relatório foi votado pelo PS!

**O Orador:** ... porque foi dito na Comissão, relativamente aos dados solicitados pelo BE, que os dados eram públicos, que eu não tinha esses dados, mas esses dados eram públicos. Isto foi referido pelo Sr. Presidente da Comissão, António Soares Marinho, porque os dados da administração pública, eram públicos. Isso foi referido em sede de Comissão.

Portanto, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, está a misturar tudo convenientemente.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, como sabe não pode continuar nesse registo.

Obrigada pela interpelação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho fundamental, depois da interpelação realizada pelo Governo Regional, ler outra vez a frase que está aqui no relatório:

“O Secretário Regional respondeu que naquele momento não consegue fornecer esses números”: Ponto final.

Portanto, Sra. Presidente, o que eu quero dizer a esta câmara é que eu li tudo o que está escrito. Não posso ler coisas que não estão escritas.

Mais uma coisa fundamental, é que o PS votou favoravelmente este relatório, portanto ele corresponde ao que foi dito.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, fica também registada a sua interpelação.

Nós vamos passar à votação do requerimento, uma vez que ele foi admitido pela Mesa porque é subscrito pelo Grupo Parlamentar do PSD, portanto é um requerimento ao abrigo do 134.º que requer nova baixa à Comissão, neste caso à Comissão de Política Geral.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estamos a votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O requerimento de baixa à Comissão apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** O requerimento foi chumbado, pelo que o debate continua, mas vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

*Eram 18 horas e 23 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para continuarmos os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 50 minutos.*

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Estava inscrito e dou a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**(\*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entretanto houve aqui vários episódios, mas a questão e aquilo que me fez novamente pedir a palavra tem a ver com a última intervenção do Sr. Vice-Presidente, relativamente a uma questão que tinha colocado, no sentido de que precisasse as contas que tinha feito, continuei sem qualquer resposta, exceção apenas a que dividia o montante global que tinha informado na sua primeira intervenção e dividia por cada um dos anos (com 59, 60, por aí adiante).

Ou seja, a pergunta é aquilo que eventualmente me permitira confrontar com os números que tenho, e dou um exemplo muito concreto: um assistente operacional que com 60 anos peça a reforma antecipada, aquele assistente, qual é o encargo que gera para a Região no conjunto dos 25 anos, que é 20 anos, que

é a esperança de vida dele, foi um pressuposto, não sei o seu qual era, e mais 5 anos de um cônjuge sobrevivivo?

Pelas minhas contas, entrando com o vencimento do penúltimo ou antepenúltimo escalão da carreira, aquilo que é o vencimento da carreira, mesmo que fossem 2 400 e todos eles pedissem com 60 anos, cumprido 25 anos, não dava os valores que o Sr. Vice-Presidente avançou, mas também percebo que a sua bancada já o dispensou de qualquer esclarecimento adicional, na medida em que impediu que esse diploma baixasse à Comissão.

Portanto, da minha parte para além daquilo que queira voluntariamente fornecer de informação, para além disso ficamos com a curiosidade de como é que fez as suas contas, mas mantenho a minha dúvida, ou fortíssimas dúvidas, relativamente à forma como calculou, até porque posso deixar aqui e sabe isso, se um assistente operacional que ganha 900 ou 950 euros, em final de carreira, se pedir a reforma aos 60 anos, a penalização que tem são 36%, os 6 anos, mais um ou dois meses. Aquilo que seria o encargo do Governo Regional, seria 50% dessa penalização, estamos a falar de 170, 175€, para um período de 20 anos e 50% desse valor, havendo um cônjuge sobrevivivo.

Portanto, com dados desses, com 2 400, partindo do pressuposto que todos aqueles que podiam, pediam, mesmo assim não chegamos aos valores que o Sr. Vice-Presidente apresentou, portanto eu mantenho fortíssimas dúvidas relativamente a todos os seus cálculos.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o sr. Deputado André Bradford.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu creio que todos nós percebemos muito bem o que se passou aqui neste debate há pouco.

O que se passa é muito simples de explicar, eventualmente para quem esteja menos familiarizado com a forma como nós organizamos o nosso debate.

O que se passou foi uma tentativa de inverter o ónus da prova e pôr o Governo Regional a ter que explicar a proposta do PSD, que o PSD não consegue explicar.

**Deputado Francisco César (PS):** Exatamente!

**O Orador:** Portanto, é muito simples de perceber que nós funcionamos da seguinte forma: há um proponente ou vários proponentes de uma iniciativa, tem uma ideia, materializam essa ideia num documento e esses proponentes é que têm que explicar o que lá está, o que pretendem, por que é que propõem e qual é a fundamentação.

É evidente que estamos que estamos num sistema, e bem, que obriga a uma dependência do Governo em relação à Assembleia e que o Governo tem que explicar as suas iniciativas, as suas ações políticas.

Mas isso não quer dizer que o Governo tenha que vir aqui explicar as opções políticas do PSD, nem ter os documentos que o PSD queria que tivesse, quando o PSD quer que eles existam, portanto foi fácil de perceber que, por dificuldades próprias do PSD...

**Deputado Francisco César (PS):** Claro!

**O Orador:** Oh Srs. Deputados, vamos ser muito claros, os senhores têm essa proposta há dois anos, há dois anos que apareceu esta ideia, em plena campanha eleitoral e na altura já alguém, vários partidos, incluindo o PS, solicitavam ao PSD: “Digam lá como é que se faz isso! Expliquem lá que contas são essas! Mas quanto é que isso custa? Quantas pessoas envolve?”.

E estamos há dois anos à espera de perceber o que os senhores pretendem fazer e onde é que estão as contas.

Os senhores gostam muito do relatório da Comissão de Política Geral, pois eu também gosto e também fui ver. Na Comissão foi solicitado ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros, na qualidade de representante do partido proponente, que apresentasse os estudos que o senhor disse na Comissão que tinha e que fundamentavam a sua proposta. Já passou, não sei quanto tempo e o senhor ainda não apresentou esses estudos.

Portanto, quem tem que apresentar as contas que não apresentou, nesta Assembleia, são os senhores, ...

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... que se recusaram até agora a apresentar contas que sustentam uma ideia que toda a gente já percebeu que não é possível de executar e que não vai levar àquilo que os senhores querem que se produza. Está mal feita! Está mal pensada! Está mal fundamentada!

Portanto, quem está em falta com esta Casa, com as contas que tem que justificar aquilo que pretende fazer, é o PSD na qualidade de proponente. Onde é que estão as contas Sr. Deputado António Vasco Viveiros?

O senhor desde o início do debate em Comissão deste assunto, foi-lhe solicitado, por várias vezes, que o PSD fizesse chegar os estudos que o senhor disse que tinha, que sustentavam o que se pretendia fazer. O senhor disse “com certeza!”, mas com certeza chegamos até aqui e com certeza não há estudos nenhuns da parte do PSD, nem contas nenhuma.

Portanto, ficou claro, parece-me a mim, que houve dificuldade de justificar, houve dificuldade de fundamentar e em função disso há uma tentativa de virar o assunto para cima daqueles que não têm nenhum tipo de responsabilidade em justificar aquilo que os senhores querem fazer.

Portanto, desse ponto de vista nós votamos negativamente o vosso requerimento de baixa à Comissão, mas isso não significa que nós não queiramos prosseguir o debate. Aqui estamos! O debate pode prosseguir e nós continuamos à espera

da sustentação técnica fundamentada daquilo que os senhores dizem que querem fazer, coisa que em uma hora e tal, ou duas, de debate, ainda ninguém percebeu porque os senhores estão mais preocupados e demoram mais tempo a gerar confusões e incómodos com o Governo, do que propriamente em explicarem a sua proposta. Essa dúvida, felizmente, não é só nossa.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Os senhores vão chumbar a proposta e querem explicação!

**O Orador:** Durante a campanha eleitoral, quando o Sr. Deputado Duarte Freitas anunciou esta sua intenção, logo aí houve um conjunto de debates envolvendo os vários partidos e logo aí, também, alguém dizia: “O senhor tem muita dificuldade em quantificar, ou não quer quantificar, mas esse Programa a mim parece-me uma forma de usar a função pública como um instrumento para ganhar votos”. Isso foi-lhe dito ali pelo Sr. Deputado Artur Lima num debate televisivo.

**Deputado Francisco César (PS):** Há dois anos!

**O Orador:** Portanto, há dois anos que os senhores têm essas acusações.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Ele já explicou!

**O Orador:** Há dois anos que os senhores têm as contas para apresentar; há dois anos que os senhores têm que explicar ao Sr. Deputado Artur Lima o que é que pretendem fazer e não explicam e então a culpa disso é, no último dia no debate aqui em Plenário, do Governo Regional. Ninguém acredita nisso, Sr. Deputado!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Por mais que se explique os senhores não entendem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**(\*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, em Comissão, a questão financeira foi naturalmente discutida ...

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor apresentou estudos?

**O Orador:** ... e nós discutimos e apresentamos os pressupostos que levavam.

É evidente que tecnicamente quem conhece essa matéria sabe que há um conjunto de premissas que podem acontecer ou não.

Nós não estamos aqui a propor a compra de duas toneladas de um género qualquer, portanto há aqui um conjunto de condicionantes, há informação relativamente à administração pública e o Sr. Vice-Presidente já a reconheceu que não consta dos dados, portanto há aqui um conjunto de pressupostos e foi com base nesses pressupostos que nós apresentamos, que continuamos a defender que tendencialmente perante aqueles pressupostos a medida pode ser tendencialmente neutra e essa é uma questão que tecnicamente os senhores perderam oportunidade de poder ser discutida, confrontando aquilo que eram as contas do Sr. Vice-Presidente, com aquilo que era a nossa abordagem.

**Deputado Carlos Silva (PS):** A sua abordagem também não existe!

**O Orador:** Aliás, admito que também agora, e era natural, que o Sr. Deputado André Bradford também tivesse curiosidade em ver com detalhe aquilo que são as contas que foram apresentadas pelo Sr. Vice-Presidente.

**Deputado Francisco César (PS):** O que interessa são as suas!

**O Orador:** Aliás, era legítimo se é um diploma que reconheceram que tinha algumas vantagens e que tendencialmente teria vantagens do ponto de vista do emprego, também era natural - havendo aqui uma informação financeira que aparentemente desmontava do ponto de vista financeiro - que tivessem curiosidade de conhecer as contas que a Vice-Presidência apresentou.



Se estavam à espera que se apresentasse um mapazinho: “olhe, isto vai custar tanto”, esta matéria não permite fazer isso, permite conceber pressupostos que são realistas e posso dizer-lhe que um assistente operacional, nas condições, se for para a reforma com 60 anos, se ganhar 900 euros, conseguimos saber o que é que custa aquele assistente operacional.

Agora quantos serão candidatos ao sistema, quantos estão disponíveis para voluntariamente aceitar o sistema, ninguém pode apresentar isso.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Pode traçar cenários!

**O Orador:** Portanto, há aqui um conjunto de variáveis que não se pode estar aqui a atirar um número, isso vai custar “x” e o Sr. Vice-Presidente sabe disso.

Aliás, nós aceitamos todas essas preocupações, mas há um conjunto de medidas que são apresentadas aqui que o próprio Governo quando as apresenta em termos de apoios, não sabe exatamente quantas pessoas serão candidatos e qual é o impacto orçamental.

Portanto, isto faz parte da governação e também relativamente a este diploma e esta proposta, eventualmente em sede de regulamentação ou em propostas de alteração, algumas dessas preocupações do Governo podiam ter sido apresentadas e podiam de alguma maneira travar o impacto orçamental.

Dou um exemplo, nós não apresentamos: podiam por exemplo apresentar uma medida em que em cada dois que se candidatassem ao programa, só era admitido um.

Portanto, há aqui um conjunto de matéria, havendo boa fé, que podiam ter sido apresentadas e eu tenho pena que em Comissão não tenha estado o Sr. Vice-Presidente, pois teria sido possível discutir outras questões ...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Isso é ofensivo para mim!

**O Orador:** ... e haviam dúvidas que tinha que podia ter apresentado e o Sr. Secretário Berto Messias, peço desculpa, mas não me recordo de nenhuma pergunta que eu não tenha respondido.

Lamento é que a sensação que fiquei relativamente a uma pergunta que me fez, o senhor não tinha estudado o diploma, quando perguntou, não sei se está no relatório, se por cada dois que iam, só entrava um. Tive que responder-lhe que não, a relação era de um para um.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Isso estava no preâmbulo da sua proposta!

**O Orador:** Não está! Continua a não estudar o diploma! Não estava no diploma colocou-me a questão. Não tem mal nenhum, o senhor vai muitas vezes a Comissões é natural que nalgumas não tenha, mas não me acuse de não ter respondido às questões!

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Bom, estamos começando a chegar mais perto do fulcro da questão.

O Sr. Deputado em Comissão, ao apresentar a proposta e depois ao debatê-la disse que tinha feito umas simulações, mas não as entregou e o senhor aqui disse: “Bom, isto é difícil, esta matéria é muito difícil, isto de saber exatamente se entram dois ou três, quanto é que vai custar, é tudo um bocado difícil, mas eu fiz umas simulações, só que não posso entregá-las!”

Conclusão, vamos então pôr isso por pontos.

O senhor não consegue explicar as contas, é tudo mais ou menos, mais ou menos custa isto, pode ser que sim, entram estes, pode ser que não entrem, é voluntário se calhar não entram! Não sabe explicar as contas.

O senhor não consegue garantir que quem vai entrar na função pública através deste Programa são jovens. Não pode ser! Não se consegue garantir, porque é ilegal, porque é inconstitucional, não se pode garantir!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** É tão ilegal como o vosso programa do governo!

**O Orador:** O senhor não consegue garantir que essas vagas serão ocupadas por pessoas que não estão neste momento na administração pública.

Não sabe quantas é que serão por mobilidade, por concurso interno. Não sabe!

Mas tem a certeza que tem um ótimo programa de combate ao desemprego jovem e um ótimo programa de renovação da administração pública. Oh, Srs. isso é um milagre da política! Isso é alquimia, ninguém sabe o que é isto, mas é ótimo! Eu não sei as contas, mas isso vai dar certo! Eu não sei quanto é que custa, mas não é muito caro! Eu não sei se são jovens, mas vai ser bom para a juventude!

Oh, Srs. Deputados, eu percebo que tenha que voltar à Comissão, tem mesmo, teria mesmo, se os senhores fizessem outra coisa e apresentassem outra coisa na Comissão, agora com isto, já toda a gente percebeu, não vamos a lado nenhum! Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado André Bradford voltou outra vez a fazer aqui aquilo que alguém que está num debate deve evitar fazer e deveria ter a seriedade de não fazer, que é fazer citações, sem ler, de afirmações que o Sr. Deputado terá realizado.

Enquanto o senhor estava a fazer, estava aqui a ler e as citações que o senhor fez servem para ridicularizar, mas tem um problema grave, não foram ditas pelo Sr. Deputado.

**Deputado André Bradford (PS):** Oh Sr. Deputado, ninguém aqui ridicularizou ninguém!

**O Orador:** Portanto, isso é uma forma de fazer política muito pouco séria, Sr. Deputado! Muito pouco séria!

Mais, eu compreendo que, como não tem argumentos inventa argumentos, mas para si eu percebo, o senhor já foi liberal, agora é socialista; o senhor já foi conservador, agora é de esquerdas. Para o senhor, o senhor é tudo e mais alguma coisa! O senhor já tomou posições sobre tudo e mais alguma coisa!

**Deputado Francisco César (PS):** Isto não é ofensivo?! Parece-me!

**O Orador:** Não! Isto é um facto! São factos! O senhor é republicano e já foi monárquico!

Portanto, é evidente que o que não tem credibilidade é o seu discurso Sr. Deputado! O que não tem credibilidade é o seu discurso, porque o senhor já foi tudo e mais alguma coisa, Sr. Deputado!

O que lhe quero dizer é esta a questão: o senhor acha admissível ...

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** O senhor já foi muita coisa! Já foi anti Mário Soares, já foi anti Guterres, já foi muita coisa.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, não vamos fazer com que voltemos aos protestos e às defesas da honra.

**O Orador:** Certo! Mas estas citações também que não existem, coisas que não estão aqui escritas, não é correto, Sra. Presidente e eu fico indignado com este tipo de debate político.

Eu devo dizer o seguinte, o que aqui está escrito é: o Secretário Regional que chegou à Comissão, de mochila, chegou lá e não sabia nada de nada, quer dizer, vai debater o Programa Gerações, sobre reformas e tal, e os mais de 60 anos e tal, e o senhor vai para lá com um espírito desportivo. Não tem que saber nada, fazem-lhe uma pergunta básica, o Sr. Secretário respondeu que naquele momento não consegue fornecer esses números. A pergunta era: qual seria o universo de pessoas com mais de 60 anos na administração pública? E o senhor com o seu espírito desportivo, acha que numa Comissão isto funciona assim?

Um Parlamento e um Governo Regional, acha que funciona assim? Ah, não faço ideia!

Então, mas o senhor não se preparou para ir para a reunião? O senhor não levou os dados que eram necessários? Assim era melhor não ir! O que é que lá foi fazer? Não foi lá fazer nada! O senhor não sabe responder às questões, não se preparou, não se documentou.

Eu vejo nos outros Parlamentos do mundo, os Membros do Governo são confrontados, levam os números, estão preparados tecnicamente, estão ali, dizem: “Bom, nós estamos aqui para aperfeiçoar a proposta, estamos aqui para criar a melhor proposta para os açorianos!”. O senhor vai para lá e não sabe responder a nada, não sabe nada! Acha isto admissível? Isto é que é um bom funcionamento do Parlamento? Acho que não é, da parte do Governo!

Portanto, deixem de ridicularizar os outros, porque o relatório está cheio de ridículos vossos!

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor é que está a ridicularizar!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Já se percebeu que o senhor esteve nessa Comissão!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, este debate estava a cargo aqui do Sr. Deputado Alonso Miguel, mas como fui citado ali pelos serviços de “inteligência” do PS, que agradeço sempre a referência (não é verdade?), efetivamente confirmo aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado André Bradford, confirmo sim senhor!

Confirmo que o Programa foi na altura apresentada com uma medida assim que me parecia eleitoralista, é verdade sim senhor!

Depois as coisas são apresentadas, evoluem e analisei com mais pormenor ...

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** Não! E tanto que não percebemos tudo que o Sr. Deputado Alonso Miguel já colocou questões e o Sr. Deputado António Vasco Viveiros já respondeu.

Quero dizer ao Sr. Deputado André Bradford o seguinte: tantas e tantas vezes nesta Casa, V. Exa. quando nós votávamos contra um diploma vosso porque não entendíamos, porque não concordávamos, V. Exa. dessa bancada até a mim próprio, à minha bancada dizia: “Os senhores façam proposta de alteração, para conseguirmos chegar a um acordo!”.

Sr. Deputado Bradford, faça propostas de alteração para conseguirmos chegar a um acordo!

**Deputado André Bradford (PS):** É impossível! Tínhamos que fazer uma que mudasse tudo!

**O Orador:** Pronto! Faça proposta da alteração!

Agora o que eu já venho constatando e tenho que dizer com toda a frontalidade, sem querer ofender ninguém o seguinte: já vários diplomas que nós aqui debatemos e mesmo durante o Plano e Orçamento, nós chegamos à conclusão que os Deputados do PS têm dados que nós não temos nem conseguimos ter, que lhe são fornecidos pela Administração Pública, que lhe são fornecidos pelo Governo, portanto nós não podemos fazer contas exatas que os senhores têm, porque pura e simplesmente não temos os dados e quando os pedimos em Comissão, os senhores dizem que não sabem (os senhores, o Governo), que não os têm disponíveis, mas também não os dão.

Casos desses são vários. Ainda há pouco tempo tivemos em Comissão sobre um assunto que falaremos amanhã ou depois aqui.

Portanto os senhores estão mais fornecidos, podem fazer melhor as contas. É claro que a oposição pode errar nesses números, não saber exatamente quantos com mais de 60 anos estão na Administração Pública. Os senhores é que devem saber, mas o Governo tem a obrigação ...

**Deputado André Bradford (PS):** Para já não são os dados do Sr. Vice-Presidente, são os nossos dados!

**O Orador:** Sr. Deputado Bradford, quer ouvir-me?

... tal como fornece aos Srs. Deputados do PS, e isto é prática comum aqui dentro, de fornecer aos Deputados da oposição os números que lhe são pedidos.

**Deputado Francisco César (PS):** Mas são eles que têm de fornecer os dados!

**O Orador:** Os senhores nem precisam fazer requerimentos, basta um telefonema e é vos dado os números e eu sei o que é que estou a dizer.

**Deputado Francisco César (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** É verdade, Sr. Deputado! Ainda recentemente isso acontece, acontece sucessivamente e isso não é admissível em democracia porque se é o Governo dos Açores, se é o Governo, os dados que dão aos senhores, sendo públicos, devem dar também à oposição e devem dar a este Parlamento, sempre que lhe é solicitado e não estar à espera 5, 6, 7, 8 meses, um ano por dados que pedem o requerimento.

Mas há aqui uma coisa muito interessante do Sr. Deputado Bradford, que foi a questão de não garantir que entrava os jovens, que como é que garantia, se é ilegal, se não é legal...

**Deputado André Bradford (PS):** Não fui eu que disse!

**O Orador:** Foi o que o senhor disse.

Agora, eu pergunto: então na reestruturação do SPER, como é que os senhores vão fazer? É legal meter na função pública gente que não fez provas de admissão?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Exatamente!

**O Orador:** É constitucional entrar para a função pública, gente que não fez provas de admissão à função pública? Isso é legal? Isso garante?

*(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)*

**O Orador:** Não! Não! O senhor tem que ter o mesmo critério! Se tem o critério para uma coisa, tem para a outra!

**Deputado André Bradford (PS):** Eu sei o que é que os senhores querem: é não falar do que está a correr mal!

**O Orador:** Eu quero transparência ...

Oh, Sr. Deputado Bradford, eu vou dizer-lhe o que é que eu quero!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...



**O Orador:** Eu vou dizer-lhe o que é que eu quero: quero isenção, transparência e tratamento igual para todos e que respeite a lei e a constituição em todo o processo e não apenas quando dá jeito. É isso que eu quero, Sr. Deputado Bradford! Não quero mais nada do que isso e presumo que o senhor também!

Sr. Deputado Bradford, foram empregues porque se necessitava do trabalho deles? Foram empregados porquê? Essa é que é a questão: foram empregados porquê?

Portanto, se os senhores garantem uma coisa, têm que garantir a outra, aliás não me parece que havendo um concurso para a administração pública, que vá concorrer gente com mais de 60 anos! Naturalmente vão concorrer os novos! Se saem com mais de 60, não vão concorrer os de 70, hão de concorrer os mais novos, naturalmente, parece-me que sim.

Portanto, as coisas têm que ser tratadas com equidade e é isso que se pede.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, relativamente aos jovens, acho que é uma questão mais do que esclarecida, não foi afirmado em momento algum que havia qualquer mecanismo ou qualquer tipo que pudesse privilegiar a contratação de jovens.

O que há, o que repeti e o que disse agora o Sr. Deputado Artur Lima, há uma expectativa que havendo um concurso, que maioritariamente concorram jovens,

são aqueles que constam e representam a maior parta da faixa de desemprego, portanto é uma evidência e isso foi explicado.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Está no artigo 1.º!

**O Orador:** Mas eu gostaria de recordar relativamente a isso o seguinte: a taxa de desemprego jovem na Região, dos 15 aos 24 anos, neste momento, ou a 31 de dezembro, era de 27%; no País era de 22% e na média da união Europeia, é 16.1%.

Portanto, nós temos um problema sério com desemprego jovem, melhorou nos últimos anos, mas continuamos com um desfásamento relativamente ao País.

Temos o problema de ilhas mais pequenas com muito dificuldade e as expetativas são muito más. Esse Programa não serve, os senhores pensem nalguma coisa e apoiem os jovens que não têm emprego e há ilhas que nunca terão emprego!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** A questão de fundo é essa: os jovens que neste momento não encontram emprego, ou têm uma janela de oportunidade agora, ou têm que procurar alternativas fora da Região.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E as simulações!?

**O Orador:** Eu recordo que entre 2011 e 2017, o número de ativos da faixa dos 15 aos 24 anos, na Região baixou 25%, ou seja, há menos 25% de ativos na faixa dos 15 aos 24 anos.

Também é verdade que baixou a nível nacional, não baixou tanto, mas baixou.

Portanto, isto é um problema que existe e foi isso que nos levou a pensar nesta proposta e tenho pena que não possa ter sido discutida com mais pormenor na parte financeira.

Nós sabemos que há informação, e o Sr. Vice-Presidente tecnicamente sabe que é assim, que depende de vários fatores que nós não temos, mas há indicadores que permitem chegar à conclusão que era possível sustentabilidade nessa medida.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Leia o artigo 1.º da sua proposta!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Baixe o dedo!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que foi apresentada tinha um objetivo e achava que era um caminho para chegar a um determinado objetivo que era o de criar condições para aumentar a contratação na própria administração pública.

Ora bem, nós hoje justificamos por que é que não consideramos que é esse o caminho, mas mais do que isso dissemos qual era o caminho, não só o dissemos como o fizemos e aquilo que mais revela de tudo isto é que esta semana, conforme anunciei será publicada autorização para a abertura de 762 contratos de trabalho em função pública...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ainda bem!

**O Orador:** ... que se esta proposta fosse aprovada demoraria muito tempo a chegar a esse montante, por esses mecanismos e sem que da mesma resulte qualquer, por um lado, desresponsabilização ou poupança para o Estado, nomeadamente para os sistemas que recebem os descontos dos trabalhadores

para a sua aposentação, nem qualquer encargo adicional para a administração regional, ao longo de 20 anos.

É este que consideramos que é o caminho certo para atingir esse objetivo. É esse o caminho que estamos a concretizar, como o fizemos ao longo dos últimos três anos através de, hoje existem como referi mais 606 funcionários na Administração Pública Regional, que existia há 3 anos atrás, portanto é um processo contínuo que será reforçado este ano com esta nova autorização, que surge agora exatamente porque era a que estava previsto no orçamento que aprovámos e criámos uma norma porque o Orçamento de Estado para 2018 autorizou, pela primeira vez, que os concursos fossem abertos ou pudessem ser abertos dentro de uma determinada bolsa diretamente externos, sem passar pela fase interna, foi a primeira possibilidade do Orçamento de Estado e foi nesse contexto que criámos esta norma no Orçamento da Região e que estamos agora a cumprir essa mesma norma e por essa via concretizar objetivos, que é o mais importante, de reforçar a administração pública, assegurando aquilo que são necessidades permanentes e essencialmente prevendo já as necessidades decorrentes dos trabalhadores que ainda estão no ativo entre 65 e 69 anos, 269, e que se irão aposentar naturalmente ao longo dos próximos meses e aqueles que têm mais de 60 anos e que têm uma baixa superior a 5 meses e que também, naturalmente, irão estar numa situação de aposentação, que são mais 172.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas nós não sabemos isso! Quem é que tem acesso a isso!

**O Orador:** É esse o caminho certo, é esse o caminho que vamos continuar a seguir.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas como sabemos isso?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Duarte Freitas, tem a palavra.

**(\*) Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa Gerações que há cerca de dois anos atrás, então como candidato do PSD a Presidente do Governo apresentei, tinha um objetivo bondoso que teve algumas dúvidas naturais, que foram tentando ser esclarecidas ao longo do tempo.

Qual era o objetivo, que penso que comungamos todos? É que há pessoas com 60 ou mais anos que têm ainda muita capacidade e muito para dar às nossas comunidades, mas que face às penalizações que têm para se reformar, sentem-se desincentivados a reformarem-se mais cedo, portanto não dão à comunidade aquilo que poderiam dar, estando reformados.

Esse é um dos objetivos, era um envelhecimento ativo das pessoas com capacidade para darem ainda muito à nossa comunidade sem serem tão penalizados naquilo que são as percentagens anuais que perdem por se reformarem antes dos 66 anos.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Este era um dos objetivos, penso que era um objetivo, digamos, bondoso, se assim quiserem e facilmente de concordância de todos.

Outro objetivo deste programa era também de solidariedade intergeracional ...

**Deputado André Bradford (PS):** Então não era!

**O Orador:** ... por isso lhe chamámos Programa Gerações. Porquê? Porque ao incentivarmos que pessoas de 60 a 66 anos voluntariamente, repito, voluntariamente ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Exatamente ao contrário!

**O Orador:** ... se sentissem mais atraídos pela reforma antecipada, por via do Orçamento Regional, pagar 50% da penalização, isso iria permitir um rejuvenescimento da administração pública, algo que também é importante e

que é um objetivo também bondoso, penso que facilmente de concordância geral.

Com estes objetivos, avançámos com este Programa e apresentámos em concreto um diploma, um Decreto Legislativo Regional, em Comissão. Foi discutido em Comissão com todo o tempo que foi necessário. Não houve problemas demais ao longo da discussão, ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... antes de entrar em Comissão e na Comissão nunca houve grandes problemas em relação a esta matéria.

Havia sim, claro, saber voluntariamente quantas pessoas serão, saber as estatísticas da Administração Pública Regional: quantos são os administrativos; quanto são os técnicos superiores, isso é natural. Teríamos que estudar, teria que haver uma margem.

Agora, digo-lhe Sra. Presidente e digo às açorianas e açorianos, se todos concordamos com a bondade do Programa Gerações e com desta solidariedade intergeracional, por que é que não houve a boa vontade do Governo Regional, de tentar em Comissão ajudar a resolver os eventuais problemas de cálculo que fossem necessários resolver?

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Termino já, Sra. Presidente.

Demos ainda uma última oportunidade neste Plenário ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Deram uma oportunidade!?

**O Orador:** ... para que o PS, que tem a maioria, permitisse de novo baixar à Comissão, pusesse a mão na consciência e se esses objetivos eram de facto

bondosos, baixasse à Comissão e o Sr. Vice-Presidente na Comissão pudesse explicar os números que aqui hoje apresentou e que nunca foram apresentados na Comissão, e deixem-me dizer-vos aqui entre nós e tendo consciência do que estou dizendo, os números que o Sr. Vice-Presidente do Governo, nos costuma apresentar quanto a mim, pelo menos à partida, eu duvido sempre, ...

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... mas não quero ir mais por aí, quero dizer que com isto quem fica prejudicado são milhares de idosos dos Açores entre os 60 e os 65 anos, que se podiam reformar, e milhares de jovens açorianos que poderiam obter um emprego na função pública porque, só porque sendo um objetivo bondoso, concordado por todos, o PS não é o seu autor, portanto tem que o destruir apenas porque é do PSD e é contra os açorianos que o PS o faz!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

**(\*) Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Bom eu podia, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas, pura e simplesmente, não vou fazê-lo, mas podia pura e simplesmente dizer que a maioria dos jovens e a maioria dos sexagenários dos Açores já lhe disseram o que é que achavam do seu Programa, uma vez que ele foi uma proposta eleitoral e V. Exa. não ganhou as eleições.

**Deputado Francisco César (PS):** É verdade!

**O Orador:** Portanto, a maioria dos açorianos devem ter dito por essa via, o que pensavam.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Não resiste!

**O Orador:** Mas eu não vou por aí! Fique descansado que eu não vou!

Agora, há outras coisas.

Esta intervenção final, presumo final porque já não têm tempo, do Sr. Deputado Duarte Freitas, estilo algodão doce, que isto agora afinal não vão pelas contas, não vão por isso, não vão por aquilo, vão é pelo objetivo e isto só tem objetivos meritórios e como concordamos todos com os objetivos, o Governo é que deve arranjar uma maneira disto ser viável, Sr. Deputado desculpe, não foi isto que o senhor andou dizendo nos últimos dois anos sobre esta matéria!

O Sr. Deputado desde setembro de 2016 diz que o objetivo desta medida é contratar 1 200 jovens para a administração pública.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Até 1200 jovens! Sim!

**O Orador:** Então é para contratar 1 200 jovens, ou não se sabe quantos são? Ou afinal é para gerar aqui um movimento de solidariedade, com pessoas de mais de 60 anos?

Sr. Deputado, outra questão: solidariedade intergeracional.

O que o Sr. Deputado está a dizer aos jovens dos Açores é que não arranjam emprego porque há uns senhores que têm 60 anos e que não saem dos empregos!

**Deputado Francisco César (PS):** Exatamente!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Isto é que é demagogia!

**O Orador:** É isso que o senhor anda a dizer aos jovens dos Açores!

O que o senhor anda a dizer é que o problema dos jovens qualificados que não arranjam emprego, é porque há pessoas menos qualificadas com 60 anos que se deviam reformar para dar lugar aos outros e não dão.

Portanto, se isto é solidariedade intergeracional, não me parece que seja.



Depois há uma questão ideológica que os senhores não explicaram e que me faz um pouco de confusão: os senhores passam todo o debate económico nos Açores, a dizer que a economia é que gera emprego, que o mercado é que funciona por si, que as empresas é que geram emprego, mas afinal quando é para resolver um problema de emprego, os senhores mandam o Estado contratar automaticamente jovens. Então e a economia já não gera emprego?

Então não há respostas na economia?

Então o mercado serve para quê, Sr. Deputado? Ou a gente aguenta a ideologia até onde pode, mas depois quando precisa de votos, já não é ideologia, é uma maneira de agradar uns e outros, fingindo que esta é uma coisa, que isto não é.

Portanto, julgo, e termino, que este debate foi bastante enriquecedor.

Ao contrário do que parece eu acho que este debate foi bastante enriquecedor.

Levou dois anos, mas ao fim de dois anos os açorianos perceberam que isto era uma mão cheia de nada, que era só uma intenção romântica de fazer algo para que os jovens pudessem ter uma esperança de emprego, mas afinal não era mais nada do que isso. Isso é pouco para o partido que quer ser alternativa ao poder!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Duarte Freitas pediu a palavra?

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Para um protesto.

**Presidente:** Para um protesto a?

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** No seguimento do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, ter dado nota de que eu diria que as pessoas com mais de 60 estariam a bloquear a entrada de jovens na Administração Pública.

**Deputado André Bradford (PS):** Isso é uma conclusão minha!

**Presidente:** Tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

É evidente que tenho que protestar porque aquilo que eu disse e repito, é que há pessoas com mais de 60 anos, com muita capacidade ainda para dar às suas comunidades e que voluntariamente poderiam querer aderir a uma reforma antecipada se ela tivesse menos penalizações.

Portanto, não há aqui um conflito geracional, antes pelo contrário, há aqui uma ligação intergeracional que se pretende com as pessoas que ainda têm muitas capacidades para dar, podendo voluntariamente aderir com este incentivo e com isso poder também rejuvenescer a administração pública.

Mas também não é só por esta via que nós podemos criar emprego, mas nalgumas ilhas, como as nossas ilhas mais pequenas, e quem conhece as ilhas mais pequenas sabe bem, se não nomeadamente os quadros técnicos superiores na administração pública, é muito difícil encontrar emprego e por essa via podíamos resolver, como também pela Rede de Ninhos de Empresas, que nós propusemos aqui e que foi aprovada e que está a ser implementada...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem que se cingir ao um protesto.

**O Orador:** ... em todos os Açores, graças á proposta do PSD Açores.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto ao Sr. Deputado André Bradford se quer usar da palavra para um contraprotesto?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado André Bradford** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Confesso, vou usar da palavra para um contraprotesto, não tendo bem percebido o protesto, Sra. Presidente.

**Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Corre o risco de não perceber o contraprotesto!

**O Orador:** Não, não me custa nada confessá-lo, uma vez que não percebi no discurso, naquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, nenhuma forma de indignação em relação ao que eu tinha dito.

O que eu fiz foi uma interpretação minha, é certo, é minha, é da nossa bancada, decorre da análise que nós fizemos de que esta ideia romântica do Programa Gerações, faz crer aos jovens que eles não entram na administração pública, que eles não têm emprego porque há um conjunto de pessoas válidas com 60 anos a trabalhar na Administração Pública, que não saem da Administração Pública para eles entrarem.

**Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Isto assim não dá!

**O Orador:** É a minha, é a nossa interpretação, Sr. Deputado! É democracia! É a minha interpretação, contra a sua interpretação.

Portanto, foi isso que eu disse. Se isso gera alguma forma de protesto, pois o que é que eu hei-de fazer? Eu não julgo que seja suficiente para isso.

Mais, se tivesse que haver um protesto, teria que ser talvez de algum dos envolvidos que sentisse que isto era abusivo, agora é a nossa interpretação, Sr. Deputado! É só isso!

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem agora a palavra.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, uma intervenção final, só para clarificar um aspeto que é essencial.

A questão base de todo esta proposta não é uma questão de números, mais números, menos números, é uma questão substancial da essência do próprio princípio do diploma, como desde a primeira intervenção venho a esclarecer.

O que aqui se propõe é que o Estado que recebe os descontos dos trabalhadores poupe, que os trabalhadores açorianos tenham menos rendimentos daqueles que tinham direito e que a Região assuma um encargo que não corresponde às suas responsabilidades.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sai na quinta-feira!

**O Orador:** É este o cerne da questão, não é este o caminho que consideramos que devemos ir e em alternativa o que propomos é dar continuidade a este caminho, que permitirá este ano abrir para concurso externo 762 novos contratos de trabalho em função pública e mais 192 que decorre já a segunda fase.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sai na quinta-feira!

**O Orador:** É este que consideramos o caminho certo para desenvolver esta situação.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, no debate com a bancada do PS, é preciso ter em conta aquilo que se disse, aquilo que ficou escrito e também é preciso ter em conta e saber interpretar (e para isso é preciso perceber um bocadinho de psicanálise) o que é que a bancada do PS acha que nós estamos a pensar, ou acha que nós queremos escrever.

É evidente que isto tudo gera um debate completamente surrealista, porque evidentemente estão aqui a ser debatidos argumentos que não foram avançados por ninguém, a não ser autorrecreação da imaginação do Sr. Deputado André

Bradford, que imagina os argumentos dos outros para poder responder, porque é muito difícil responder a argumentos que tenham sido de facto apresentados ou lidos, ou estejam escritos, portanto inventa argumentos mais fáceis para poder debater.

Bem, isto é uma preguiça de debate e retórica tremenda, mas penso que Cícero a definiu bem, mas para não levantar aqui mais um protesto, não lhe vou dizer, não vou fazer a referência que tenho na minha mente, o senhor é especialista nessa matéria, interprete.

O que eu lhe devo dizer nesta matéria é o seguinte, concluindo:

Ponto número um: este é um objetivo que o próprio PS no âmbito do debate disse que concordava, disse que concordava com este objetivo. Não fez foi nada para que ele pudesse ser concretizado, só encontrou alçapões e criou dificuldades;

Segundo ponto: o Governo Regional no âmbito deste debate não criou as condições institucionais para que esta questão se possa solucionar. Tantas vezes que apela à convergência, mas é à convergência das vossas propostas, nunca à convergência se os outros apresentam as propostas ou se oposição apresenta outro tipo de propostas.

Os senhores dizem que concordam, mas dificultaram, criaram alçapões, não deram informação, não tinham interesse em informar e mais do que isso, os senhores têm aqui a solução que tanto criticam, pegaram na Constituição ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Está aqui a Constituição: “os jovens não podem ser contratados”, mas no vosso programa está exatamente escrito a mesma coisa.

É inconstitucional para os outros, mas não é inconstitucional para Vs. Exas.!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Diga o que é que diz aí!

**O Orador:** Portanto, meus senhores, concluindo, o que eu acho é que este é um Projeto muito importante, rejuvenescer, com certeza! Criar esta oportunidade

para quem já tem 60 anos, com certeza! É um objetivo concreto e os senhores não facilitaram nada, os senhores pura e simplesmente boicotaram a proposta que aqui foi apresentada.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, se não há mais inscrições, vamos passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional foi rejeitado com 29 contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Encerrámos assim este ponto.

Sra. Deputada Zuraida, pediu a palavra também para uma interpelação?

*(Pausa)*

**Deputado Luis Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para em termos regimentais solicitar um intervalo de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental.

Vamos então encerrar os nossos trabalhos.  
Regressamos amanhã às 10 horas.

*Eram 19 horas e 39 minutos.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Francisco Manuel Coelho** Lopes Cabral

**João Paulo** Lopes Araújo **Ávila**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Duarte Nuno D'Ávila** Martins de **Freitas**

**João Luís Bruto** da Costa Machado **da Costa**

**Luís Maurício** Mendonça Santos

**Luís Miguel** Forjaz **Rendeiro**

**Paulo Henrique** **Parece** Batista

*Deputados que faltaram à sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**José Carlos** Gomes **San-Bento** de Sousa

(\*) Texto não revisto pelo orador

## **Documentos entrados**

### **Listagem da correspondência**

#### **1- Projetos de Lei:**

**Assunto:** Programa especial de apoio social para a ilha do Pico n.º 782/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) - n.º 139/XI-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 26

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 03 – 19.

## **2 - Propostas de Lei:**

**Assunto:** Estabelece o regime de prevenção e controlo da Doença dos Legionários n.º 114/XIII/3.<sup>a</sup> (GOV) - n.º 142/XI-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 15

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 04 – 04.

## **3 – Projetos de Resolução:**

**Assunto:** Posição Geoestratégica dos Açores (Texto substituído) n.º 1267/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) - n.º 129/XI AR

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 05

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 03 – 12;

**Assunto:** Recomenda ao Governo que, em conjunto com o Governo Regional dos Açores, tome as medidas necessárias a uma articulação política que potencie



a importância geoestratégica e geopolítica daquela Região Autónoma n.º 1390/XIII/3.<sup>a</sup> (CDS-PP) - n.º 140/XI AR

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 09

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 03 – 15;

**Assunto:** CETA e Acordo de Parceria Económica UE – Japão | Regiões Ultraperiféricas| Avaliação de impacto e de oportunidades n.º 1389/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) - n.º 141/XI AR

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 09

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 03 – 29;

**Assunto:** Autoriza a criação do Centro para a Segurança do Atlântico (CeSA) e constitui, sob a dependência do Ministério da Defesa Nacional, uma Comissão para a implementação do CeSA. – MDN – (Reg. R 94/2018) n.º 71/XI GR

**Proveniência:** Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 04 – 02.

#### **4 – Projeto de Decreto-Lei:**

**Assunto:** Altera o regime jurídico dos medicamentos de uso humano, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1572 – MS (Reg. 44/2018) – n.º 70/XI GR

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 05

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 03 – 15.

## 5 – Projetos de Resolução:

**Assunto:** [Estatísticas sobre desemprego e programas ocupacionais – n.º 76/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2018 –02– 26

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 04 – 02;

**Assunto:** [Modelo alternativo de transporte marítimo de mercadoria nos Açores – n.º 77/XI](#)

**Proveniência:** CDS-PP

**Data de Entrada:** 2018 –03– 02

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 04 – 03;

**Assunto:** [Ligações marítimas diárias da Atlânticoline a todas as ilhas do Grupo Central e restabelecimento da ligação entre a Calheta de São Jorge e o Porto das Pipas– n.º 78/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2018 –03– 12;

**Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão;**

**Assunto:** [Substituição do Projeto de Resolução - Ligações marítimas diárias da Atlânticoline a todas as ilhas do Grupo Central e restabelecimento da ligação entre a Calheta de São Jorge e o Porto das Pipas– n.º 78/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2018 –03– 13;

**Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão**

**Assunto:** [Estudo sobre a Violência Doméstica e de Género na Região Autónoma dos Açores – n.º 79/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2018 –03– 13

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 04 – 13;

**Assunto:** [Prorrogação do prazo para apresentação do Relatório final da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia \(CEVERA\) – n.º 80/XI](#)

**Proveniência:** PS

**Data de Entrada:** 2018 –03– 15

**Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão.**

**6 – Requerimentos:**

**Assunto:** [Caminhos Florestais](#)

**Autor:** Jorge Jorge e Marco Costa (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 23

**Referência:** 54.03.06 – N.º 400/XI;

[Assunto: Modelo de funcionamento do Hospital da Horta e da Unidade de Saúde da Ilha do Faial após a empreitada agora lançada a concurso](#)

**Autor:** Carlos Ferreira, Luís Garcia e Luís Maurício (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 26

**Referência:** 54.03.07 – N.º 401/XI;

[Assunto: Informação relativa às rotas abrangidas por Obrigações de Serviço Público \(ano 2017\)](#)

**Autor:** Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 05

**Referência:** 54.03.00 – N.º 402/XI;

[Assunto: Relatórios das inspeções realizadas pela Inspeção Regional da Saúde às instalações da Escola Secundária da Ribeira Grande](#)

**Autor:** Zuraida Soares e António Lima (BE)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 05

**Referência:** 54.06.02 – N.º 403/XI;

[Assunto: IMAR – Plano Nacional de Recolha de Dados de Pesca 2017](#)

**Autor:** Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06

**Referência:** 54.01.00 – N.º 404/XI;

[Assunto: Operacionalidade do Porto da Madalena](#)

**Autor:** Marco Costa, Jorge Jorge, António Pedroso, Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06

**Referência:** 54.03.06 – N.º 405/XI;

[Assunto: Atribuição de licenças para exploração turística de observação de cetáceos](#)

**Autor:** Alonso Miguel, Artur Lima, Graça Silveira e Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 08

**Referência:** 54.01.00 – N.º 406/XI;

[Assunto: Resultados de Ações Inspecivas à empresa Estufaçor](#)

[Autor: Zuraida Soares e António Lima \(BE\)](#)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 08

**Referência:** 54.06.02 – N.º 407/XI;

[Assunto: Atraso nos pagamentos de prestações para com os Estabelecimentos de Ensino Particular, Cooperativo e Solidário](#)

[Autor: Maria João Carreiro e Mónica Seidi \(PSD\)](#)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 12

**Referência:** 54.03.00 – N.º 408/XI;

[Assunto: Solicitação de informação sobre o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis - PROENERGIA](#)

**Autor:** Catarina Chamacame Furtado e António Vasco Viveiros (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13

**Referência:** 54.03.00 – N.º 409/XI;

[Assunto: Ligações aéreas com a ilha Graciosa no verão IATA 2018](#)

**Autor:** João Bruto da Costa (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13

**Referência:** 54.03.04 – N.º 410/XI;

[Assunto: Idosos Florentinos discriminados](#)

**Autor:** Bruno Belo e Mónica Seidi (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16

**Referência:** 54.03.08 – N.º 411/XI.

## **7 – Resposta a Requerimentos:**

[Assunto: Nova unidade fabril da COFACO e manutenção dos postos de trabalho na fábrica da Madalena do Pico](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 28

**Referência:** 54.03.06 – N.º 364/XI;

[Assunto: Centro de Saúde das Velas, na ilha de São Jorge](#)

[Proveniência: Governo](#)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 05

**Referência:** 54.04.05 – N.º 361/XI;

[Assunto: Sobrelotação e condições da Escola Secundária da Ribeira Grande](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06

**Referência:** 54.03.02 – N.º 355/XI;

[Assunto: Voos Santa Maria Inverno IATA](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06

**Referência:** 54.04.01 – N.º 358/XI;

[Assunto: Descarga de Resíduos provenientes de navios de cruzeiro nos Açores em 2017](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06

**Referência:** 54.06.00 – N.º 374/XI;

[Assunto: Apoio à Edição de Obras Culturais](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06

**Referência:** 54.03.00 – N.º 383/XI;

[Assunto: Cobertura no Porto de Pescas de Rabo de Peixe](#)

[Proveniência: Governo](#)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 08

**Referência:** 54.03.02 – N.º 375/XI;

[Assunto: Perplexidades e contradições da política ambiental do Governo Regional](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13

**Referência:** 54.03.07 – N.º 367/XI;

[Assunto: A deserção do Estado no caso da Conservatória do registo Civil, Predial e Cartório Notarial do Município do Corvo](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13

**Referência:** 54.07.09 – N.º 368/XI;

[Assunto: Relatórios sobre o Setor das Pescas](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 15

**Referência:** 54.03.00 – N.º 272/XI.

#### **8– Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Ofício n.º 2397, de 16 de fevereiro de 2018 a acusar a receção e agradecer envio da Resolução n.º 3/2018 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contra o encerramento de lojas dos CTT na Região

**Proveniência:** Fernando Frutuoso de Melo, Chefe da Casa Civil do Presidente da República

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 23;

**Assunto:** Ofício n.º 8, de 16 de fevereiro de 2018 a informar que o Decreto Legislativo Regional n.º 1/2018 – “Regime jurídico da gestão dos recursos cinegéticos e do exercício da caça”, devidamente assinado, foi enviado para publicação em Diário da República

**Proveniência:** Rui Pestana, P'lo Chefe de Gabinete, de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 27;

**Assunto:** Comunicação por correio eletrónico da recondução do Dr. Ricardo Silva, na Presidência do Conselho de Administração do IROA-SA



**Proveniência:** Gabriela Simas, Gabinete do Presidente do Governo Regional dos Açores

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 27;

**Assunto:** Ofício n.º 219-ST, de 2018-02-19 a remeter o relatório de verificação interna de conta de gerência aprovado, n.º 02/2018-VIC/SRATC (Ação n.º 17-428VIC3) – Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo

**Proveniência:** Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 01;

**Assunto:** Ofício 59, de 26-02-2018 a enviar cópia de uma Moção, apresentada pelo grupo municipal da CDU, intitulada, garantir a melhoria das condições de operacionalidade do Porto da Horta

**Proveniência:** Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 02;

**Assunto:** Ofício 43-4/04 - 2941, de 02-03-2018 a enviar cópia de um Voto de Pesar, aprovado por unanimidade, relativo à Professora Maria Simas Cardoso

**Proveniência:** José Leonardo Goulart da Silva, Presidente da Câmara Municipal da Horta

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06;

**Assunto:** Ofício GP0538-XI, de 28-02-2018 a informar a cessação de substituição e retoma do exercício de mandato de Deputado, com efeitos a partir de 1 de março de 2018

**Proveniência:** Alonso Miguel, Deputado do Grupo Parlamentar do CDS-PP

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 07;

**Assunto:** Ofício GP0541-XI, de 01-03-2018 a indicar os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP para as Comissões Permanentes da ALRAA

**Proveniência:** Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 07;

**Assunto:** AT/321, de 07-03-2018 a informar que o Senhor Deputado António Parreira passa a substituir o Sr. Deputado Roberto Monteiro na Comissão de Economia, com efeitos a partir de 26 de fevereiro de 2018, inclusive.

**Proveniência:** Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 07;

**Assunto:** Correio eletrónico do Conselho das Finanças Públicas relativo à divulgação do *Working Paper "Introducing the Portuguese Macro-Fiscal (PMF) model: A Framework for projecting the portuguese Economy"*

**Proveniência:** Nádia Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 08;

**Assunto:** Ofício 244 RPPCP/XI/2017, de 13 de março de 2018 a solicitar o cancelamento da Anteproposta de Lei n.º 1/XI – “Programa especial de apoio social para a ilha do Pico”

**Proveniência:** João Paulo Corvelo, Representação Parlamentar do PCP

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13;

**Assunto:** Requerimento a solicitar agendamento de Debate de Urgência sobre “Plano de Reestruturação do Sector Público Empresarial”

**Proveniência:** Zuraida Soares e António Lima, Grupo Parlamentar do BE

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13;

**Assunto:** Requerimento a solicitar agendamento de um Debate de Urgência sobre “Produção de Leite e Lacticínios nos Açores – Estratégia Pós 2020”

**Proveniência:** Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 15;

**Assunto:** Correio eletrónico do Conselho das Finanças Públicas relativo ao trabalho mais recente do Conselho – Relatório 02/2018, intitulado “Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2018-2022”

**Proveniência:** Elisabete Pais, Secretária da Presidente do Conselho das Finanças Públicas

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 15;

**Assunto:** Of.º\_A 10 a informar que foi enviado para publicação em Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2018 – “Desafeta do regime florestal parcial uma parcela de terreno localizada no núcleo florestal das Fontinhas, freguesia de S. Brás, concelho da Praia da Vitória”

**Proveniência:** Rui Pestana, Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16.

## **9– Relatórios:**

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 52/XI \(PPM\) que A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda à Assembleia da República que, em sede de revisão constitucional, suprima o n.º 4 do artigo 51.º da Constituição da](#)

[República Portuguesa, de forma a eliminar a norma constitucional que proíbe a criação de partidos regionais](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 14;

**Assunto:** [Projeto de Lei n.º 725/XIII/3.ª que aprova o regime das matérias classificadas – n.º 125/XI AR](#)

**Proveniência:** SubComissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 1240/XIII/3.ª que recomenda ao Governo que legisle para garantir que os acompanhantes de grávidas nas deslocações inter-ilhas dos Açores tenham as faltas ao trabalho justificadas na legislação laboral – n.º 126/XI AR](#)

**Proveniência:** SubComissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 1270/XIII/3.ª que recomenda ao Governo que promova a total descontaminação da ilha Terceira – n.º 131/XI AR](#)

**Proveniência:** SubComissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16;

**Assunto:** [Projeto de Proposta de Lei que determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 a 1980 – PCM \(Reg. PL 27/2018\) – n.º 68/XI GR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 19;

**Assunto:** [Projeto de Decreto-Lei que determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 e 1980 – PCM \(Reg. DL 28/2018\) – n.º 69/XI GR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 19;

**Assunto:** [Ante-Período Legislativo de março de 2018](#)

**Proveniência:** Comissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 1316/XIII/3.<sup>a</sup> - Reforço da importância geoestratégica dos Açores - n.º 133/XI AR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 02;

**Assunto:** [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XI – Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores e quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2003/A, de 11 de março, que estabelece normas de polícia administrativa para a Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 14;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 13190/XIII/3.<sup>a</sup> – Recomenda ao Governo que, em conjunto com o Governo Regional dos Açores, tome as medidas](#)

[necessárias a uma articulação política que potencie a importância geoestratégica e geopolítica daquela Região Autónoma - n.º 140/XI AR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 19;

**Assunto:** [Projeto de Decreto-Lei que altera a forma de distribuição dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – MTSSS – \(Reg. DL 479/2017\) – n.º 67/XI GR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 12;

**Assunto:** [Petição n.º 14/XI – Contra o recurso abusivo à contratação sucessiva de docentes na Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16;

**Assunto:** [Ante-Período Legislativo de março de 2018](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 19;

**Assunto:** Petição 12/XI – [A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia;

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 01;

**Assunto:** [Petição 13/XI – Pelo aumento das condições de operacionalidade do aeroporto da ilha do Pico](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia;

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 01;

**Assunto:** [Audição do Gestor Público nomeado para a Presidência do Conselho de Administração da SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER.](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 01;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 56/XI - Criação dos Mecanismos e aquisição dos sistemas tecnológicos necessários ao cumprimento do DLR n.º 23/2011/A, de 13 de julho.](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 02;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 67/XI - Plano de ação para fazer face ao despedimento coletivo da COFACO - com pedido de urgência](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 14;

**Assunto:** [Proposta de Lei n.º 111/XIII/3.<sup>a</sup> – Autoriza o Governo a aprovar um regime fiscal e contributivo mais favorável para a atividade de transporte marítimo e um regime especial de determinação de matéria coletável com base na tonelagem de navios - n.º 138/XI AR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 19.

## **10 – Diários:**

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 45, 46, 47 e 48.

**Transcrição efetuada por *Noélia Escobar***